

# O ENSINO SUPERIOR NA PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL E A PEDAGOGIA DE RUY BARBOSA

## SUPERIOR EDUCATION IN THE FIRST REPUBLIC IN BRAZIL AND THE RUY BARBOSA'S PEDAGOGY.

<sup>1</sup>Holmes Cordeiro Neto

<sup>2</sup>Rosendo Freitas de Amorim

### Resumo

O artigo aborda o tema ensino público nos últimos anos do Brasil-Império, com origem na propositura de uma reforma na instrução pública (nos três níveis do ensino público) que recebeu de Ruy Barbosa severas críticas e valiosas considerações. A proposta de reforma não era bem a intenção dos políticos da época, mas sim um meio de obter privilégios. Ruy Barbosa, homem de valorosa moral, culto e respeitado por todos, se insurge com várias publicações em jornais, em especial, com dois pareceres, de 1882, sobre o texto da proposta de reforma elaborada por Leôncio de Carvalho. Neles se conhecem a realidade do ensino público e particular naquele período, as propostas de reforma e as contribuições de Ruy Barbosa para a revolução social que pretendia fazer partindo da educação. Cabe ressaltar a tradução da obra do educador estadunidense, Norman Allyson Calkins, "Lições de Coisas". Para tal, a pesquisa objetivou conhecer e dissertar sobre o ideal, filosofia, sociologia e pedagogia de Ruy Barbosa, e parte da questão focal: qual a contribuição pedagógica de Ruy Barbosa para o ensino superior, e qual a reforma do ensino por ele proposta. Outrossim, a pesquisa revelou-se bibliográfica, destacando os textos produzidos por Ruy Barbosa, bem como outras referências.

**Palavras-chave:** Pedagogia; Método intuitivo; Ensino superior; Reforma do ensino; Rui Barbosa.

### Abstract

---

<sup>1</sup> Mestrando em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR.

<sup>2</sup> Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade de Fortaleza – UNIFOR.

The article approaches the public education matters in the recent years on Brazil-Empire, starting with the idea of a reform in the public instruction (on the three levels of public education) that received from Ruy Barbosa received heavy criticism and valuable consideration. The bid of the reform, was not really the intention of the politicians by the time, the real intention was getting privileges. Ruy Barbosa, man of valorous morality, cultured and respected by all, rushes with many publications on the periodicals, especially with two judgments, in 1882, on the reform proposal text elaborated by Leôncio de Carvalho. On them It's shown the reality of public and particular education in that period, the reform proposals and Ruy Barbosa's contributions to the social Revolution that it intended to do starting from the education. Its important remind to say that the translation of the master piece from the North American's educator, Norman Allyson Calkins, "Object Lessons". For that, the research intended to know and to lecture about Ruy Barbosa's ideal, philosophy, sociology and pedagogy, and part the focal point: what is the pedagogical contribution of Ruy Barbosa for superior education, and what would be the reform on the education proposed by him. Moreover, the research showed bibliographical, highlighting the texts produced by Ruy Barbosa, as well as another references.

**Keywords:** Pedagogy; Intuitive method; Superior education; Education reform; Rui Barbosa.

## **Introdução**

Pesquisar sobre o homem e o pensamento de Ruy Barbosa<sup>3</sup> é sempre uma tarefa árdua, formadora, mas também gratificante e repleta de valores morais, pois combativo do bom Direito, presente em cada discurso, parecer, projeto legislativo e ensaio, revelando-se um ser coerente e coeso, inserido na vida política e humanista de sua época, mas à frente do seu tempo.

Estudar a vida e obra de Ruy Barbosa é conhecer uma memória prodigiosa, aliada a uma singular capacidade de trabalho, que criou em torno dele uma aura de

---

<sup>3</sup> O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990 é um tratado assinado pelos países da comunidade de língua portuguesa, cujo objetivo é a criação de uma ortografia unificada. O referido Acordo deve estar implantado em 2014. Conforme o novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, as letras K, W e Y foram reintroduzidas no alfabeto brasileiro e obedecem às regras gerais que caracterizam consoantes e vogais. Fundamentando-se nessa mudança optou-se por empregar a grafia original do nome de Rui Barbosa, ou seja, **Ruy Barbosa**. Destarte, insiste-se em escrever este texto com a ortografia original.

gênio, entretanto, com frustração, não se consegue conhecer toda a sua obra em uma só pesquisa.

Quanto mais se aprofunda a pesquisa sobre o legado 'ruiano', mais se percebem a complexidade e a diversidade de sua obra, que se destaca com a Política, a Política Cultural, a História, a Pedagogia, o Direito, a Filologia e a Cultura brasileira em geral. Amante da leitura e possuidor de uma cultura literária e de idiomas estrangeiros, lia ele as obras na versão original, sem traduzi-las, o que fidelizava seu conteúdo e o destacava dos demais de seu tempo.

Assim, com o propósito de conhecer Ruy e o estímulo das lições de docência do ensino superior, surgiu o desafio da pesquisa que pretende responder a seguinte questão: qual a grande contribuição pedagógica de Ruy Barbosa para o ensino superior que reverbera até hoje? Qual seria a reforma do ensino proposta por ele, ainda nas últimas décadas do século XIX?

Cabe ressaltar que em sua maioria as obras pesquisadas foram adquiridas diretamente da Fundação de Casa Rui Barbosa<sup>4</sup>, fundada em 1966, na cidade do Rio de Janeiro, mas cuja origem remonta ao ano de 1928, com a criação do museu-biblioteca. O acervo da obra completa de Ruy Barbosa, por si, justificaria sua criação, mas a Fundação tem a finalidade de desenvolver a cultura, a pesquisa e o ensino, como também, a divulgação e o culto da obra de Ruy Barbosa.

Neste sentido, a pesquisa tem por objetivo geral conhecer e dissertar sobre o ideal, a pedagogia e a proposta de reforma para o ensino superior no Brasil do século XX, e o que se depreende desta reforma para o ensino superior do século XXI. Portanto, depreendeu-se a relevância e a necessidade das pesquisas que se

---

<sup>4</sup> A Fundação Casa de Rui Barbosa é uma instituição pública federal, vinculada ao Ministério da Cultura, e oferece um espaço reservado ao trabalho intelectual, à consulta de livros e documentos, e à preservação da memória nacional. São as principais atividades da Fundação: **1)** Manutenção, preservação e difusão do Museu Casa de Rui Barbosa e seu jardim histórico, **2)** Formação, preservação e difusão do acervo bibliográfico e documental, com o apoio de laboratórios técnicos, **3)** Desenvolvimento de estudos e pesquisas em suas áreas de atuação (estudos ruyanos, de política cultural, história, direito e filologia) em cultura brasileira em geral, **4)** Desenvolvimento de estudos e pesquisas nas áreas de documentação e preservação, **5)** Publicação dessas pesquisas e participação de pesquisadores e tecnologias em eventos acadêmicos e científicos, Formação e qualificação de pesquisadores e tecnologias, **6)** Utilização plena do seu auditório com atividades de dança, música, literatura, teatro e cinema, **7)** Uso de outras dependências para a realização de exposições de acervo ou relacionadas a trabalhos em andamento e de cursos, congressos e seminários.

Situada circunstancialmente na cidade do Rio de Janeiro, a Fundação Casa de Rui Barbosa preserva e divulga acervos de interesse nacional, por constituírem patrimônio cultural importante, e realiza trabalhos de alcance internacional. Não perde de vista a importância do atendimento diário ao visitante e ao usuário dos serviços, desde a simples visita ao jardim até a pesquisa de trabalhos acadêmicos complexos. (Grifo nosso)

propõem revisitar as obras de Ruy Barbosa e tentar compreender que proposta de reforma ele propunha, em especial para o ensino superior.

Para tanto, à guisa de um corte metodológico, definiu-se por uma pesquisa puramente bibliográfica e documental, em especial nos escritos, discursos, pareceres, ensaios e projetos legislativos com posposta de reformulação do ensino no Brasil. Vale ressaltar a dimensão do referencial bibliográfico de Ruy, apenas em dois dos seus pareceres sobre a educação e a necessidade de mudança do ensino: “[...] figuram em notas de pé de páginas, excluídas as repetições, um total de 524 referencias bibliográficas. No primeiro parecer referente ao ensino secundário e superior são 154, que remetem a 73 obras. No segundo excedem a 1500 notas referenciando 451 publicações diferentes[...]”. (LOURENÇO FILHO, 2001, p. 103).

O artigo está dividido em cinco seções, com início nesta introdução, a segunda aborda o contexto político social, vida e obra de Ruy Barbosa. A terceira seção cuida do pensamento filosófico e sociológico da pedagogia de Ruy Barbosa. Na quarta define as propostas de Ruy Barbosa para a reforma do ensino superior no Brasil. A seguir, a sessão cinco, exprime uma breve conclusão.

## **1 Ruy Barbosa e seu tempo**

Os primeiros anos de Ruy Barbosa foram decisivos para sua formação, e o peso das adversidades lhe concedeu resistência e altivez, traços que marcaram sua história. Nascido em meio às turbulências e influência do liberalismo europeu, que contribuíram para modelar seu espírito combativo e vigoroso. Já aos dez anos Ruy era uma criança tímida e de poucas palavras, às vezes arredio, retraído e sério.

Muito do seu caráter foi herdado do pai, um jornalista, político irrequieto, de espírito belicoso, aventureiro e rebelde, pois mesmo nos atos práticos e cotidianos da vida, João Barbosa de Oliveira, evidenciava seus ideais, inquietações e anseios de luta. Homem combativo, João Barbosa elegeu-se deputado provincial em 1846, e, dois anos depois perdeu a cadeira na Assembleia Provincial, assumindo em seguida a frente do jornal “O Século”, fundado pela família de sua esposa - um jornal republicano, apesar de ter sido, durante toda sua vida, um monarquista convicto.

Foi neste contexto que nasceu Ruy Barbosa de Oliveira em 1849, num ambiente de abertura e desilusões, pois a vida de jornalista era sacrificada; mas também um cenário de muito estudo, no qual Ruy Barbosa foi educado. Conheceu a oratória, a qual dedicou vários anos de sua infância, sob a orientação do pai.

Neste período, a família passava por grande dificuldade financeira, o que não permitiu que ele fosse à escola tradicional, e, como era comum à época, assumiu a educação dos filhos em casa. Cedo o pai percebeu a vocação da oratória e da erudição. Ruy, então, é submetido a um intenso treinamento: sobe em caixotes para aprender a posição do corpo e das mãos de um orador; imposta a voz; aos cinco anos, é confiado ao professor Ibirapitanga, cuja fama de mestre moderno bastava para recomendá-lo ao pai liberal (D'AMARAL, 1974, p. 57-58).

O professor Ibirapitanga, envaidecido do progresso do menino, publica nos jornais, louvando o melhor aluno que tivera em 30 anos de magistério - o menino aprende a ler e conjugar verbos em apenas 15 dias. O pai, radiante, se entrega ainda mais à educação do filho. Aos dez anos recitava os versos de Camões e os grandes sermões do padre Vieira.

Quando chegou o momento de entrar num colégio, João escolheu o Ginásio Baiano aos cuidados do diretor, um homem culto e liberal, e aos 16 anos Ruy conclui o curso de humanidades. No ano seguinte, vai para o Recife, estudar na Faculdade de Direito de Olinda, onde tinha como colega Castro Alves, amigo e companheiro de militância antiescravagista.

Em razão de uma nota mediana em uma disciplina, Ruy resolve abandonar o curso em Olinda e transferir-se para São Paulo, com a aprovação dos pais, e logo Castro Alves também se transfere para São Paulo, retomando a amizade desde a Bahia. Terminado o curso, Ruy retorna para a Bahia e apaixona-se por Maria Rosa com quem noiva. Ruy trabalhava no Diário da Bahia, quando, aos 25 anos, em novembro de 1874, morreu o pai, levando a depressão, e no mês de dezembro do mesmo ano, morre seu primeiro amor e noiva, Maria Rosa (D'AMARAL, 1974, p. 59).

Com a morte do pai e da noiva, Ruy vai morar com um amigo do pai, o conselheiro Salustiano Souto. Com temperamento alegre e festivo, adorava reunir os amigos e dar festas, onde conheceu Maria Augusta, moça de espírito prático, por quem se apaixonou. Do namoro convencional ao pedido de casamento foi um passo. Combativo e graças ao seu senso de liberdade, dedicou-se à campanha contra o serviço militar obrigatório e, em pouco tempo, Maria Augusta percebeu a solução para os problemas do noivo. Afastá-lo da Bahia. Com a ajuda financeira do Conselheiro, Ruy parte, em 1876, para o Rio de Janeiro.

Já no Rio passou a frequentar o jornal liberal "A Reforma" e a advogar. No mesmo ano, traduziu o "Papa e o Concílio" e, com os poucos recursos com a

advocacia, retornou para a Bahia a fim de casar-se com Maria Augusta, e em seguida volta ao Rio, pretendendo advogar. Torna-se um advogado brilhante, conseguiu pagar as dívidas do pai e, no ano seguinte, em 1877, retorna à Bahia. Ruy apostava no seu futuro político, pois logo seriam as eleições nas províncias (D'AMARAL, 1974, p. 60-63).

Em 1878, vê-se eleito à Assembleia Provincial da Bahia, sem pedir votos, somente com o apoio dos amigos e do Partido Liberal, entretanto, no mesmo ano, a Câmara foi dissolvida e foram convocadas novas eleições provinciais, e Ruy foi novamente eleito, desta vez, deputado geral. Assumia o Parlamento uma nova geração dos recém-saídos das academias como Ruy. Dentre eles Joaquim Nabuco, Afonso Pena, José Mariano, Buarque de Macedo e Rodolfo Dantas com propostas de reformas no processo eleitoral e de instituir eleições diretas (D'AMARAL, 1974, p.91).

Nos primeiros discursos, o representante da Bahia apresentava-se com a voz baixa e insegura, alteando-se logo em tom desafiador. Não demorou, Ruy foi escolhido, de forma tácita, o porta-voz oficial do Partido Liberal. Sua primeira tarefa como porta-voz do partido foi rebater os ataques proferidos pelo monarquista conservador, Silveira Martins, contra a Reforma Eleitoral, que dava direito de voto aos não católicos. Após a vitória no Parlamento, Ruy conquistara definitivamente um lugar de destaque no Partido Liberal (BARBOSA, 1947a, p. 100-103).

Ruy Barbosa se aproxima do Ministério, pois seu amigo Rodolfo Dantas estava à frente da pasta da Justiça, e o convida a colaborar. Ruy propõe a criação de um imposto sobre os aluguéis das casas, cujo valor da locação fosse superior a cem mil réis por ano, e com os recursos arrecadados poderia criar um amplo sistema de educação popular. Como homem de visão, Ruy Barbosa defendia a ideia de que, combatendo o analfabetismo, se lograria trazer para as fileiras eleitorais um bom número de cidadãos, visto que o anteprojeto de Constituição de 1823 previa que o analfabeto continuaria impedido de votar (BARBOSA, 1947a, p. 103).

Dissolvido o Parlamento, os deputados retornam às suas províncias e, no ano seguinte, Ruy Barbosa afasta-se da política, retorna para a Bahia e abre um escritório, passando a dedicar-se em tempo integral à advocacia e a sua segunda paixão: os livros. Neste período, traduziu o livro "Lições das Coisas", do educador ianque Norman Allyson Calkins, dedicado ao pensamento sobre a Pedagogia. Neste mesmo período, escreve conferências comemorativas aos dez anos de

falecimento do amigo, Castro Alves, quando faz o “Elogio do Poeta”, um de seus mais belos momentos literários (BARBOSA, 1947b, p. 104-105).

De volta à literatura e ao jornalismo, aos 35 anos, vê-se obrigado a ir para São Paulo, em razão do estado de saúde da esposa. Em São Paulo, ficam hospedado numa fazenda que faz muito bem aos dois. Uma fase de grandes alegrias, paz e reflexões. Retornando ao Rio, o Ministro do Império e jurista Lafaiete Pereira, querendo dar-lhe uma prova de seu reconhecimento pelo grande trabalho na reforma da instrução pública, propõe ao Imperador conceder-lhe o título de conselheiro. Em vez disso o Imperador o nomeia Ministro, mas, para sua decepção, seu nome não constava em nenhuma pasta.

Naquele mesmo mês, foi apresentado na Câmara o projeto de lei elaborado por Barbosa, que tratava da emancipação dos negros sexagenários, mas, durante a apresentação os conservadores saem da mesa de debates em protesto ao projeto e Ruy toma a frente e assume com eloquência a defesa do Governo, mas, ainda assim, o projeto foi derrotado, a solução encontrada por Dantas foi recorrer a uma resposta constitucional e consegue do Imperador a dissolução da Câmara. Com a colaboração do Barão de Cotegipe, velho conservador e bem articulado, consegue transformar o projeto em lei em setembro de 1885. Ruy sentia que era a sua hora e encaminhou ao parlamento o projeto de Reforma do Ensino, e mais uma vez, foi derrotado. Os conservadores assumiram o poder e rejeitavam qualquer proposta de mudança (BARBOSA, 1947b, p. 146-148).

Fora do Parlamento, com os conservadores no poder, e longe da política, Ruy estava à margem do Governo. Ele aproveita para ler, advogar e escrever seus ensaios. Frequentava o cinema e o teatro - suas grandes diversões. Trata de aprimorar os idiomas que domina: o francês, o inglês, o espanhol e o alemão. E não satisfeito dedica-se ao estudo do grego, em companhia de Capistrano de Abreu e Macedo Soares, grande filósofo e magistrado. (D'AMARAL, 1974, p.113-125).

Ainda deputado pela Bahia, entretanto, dos anos de 1881 a 1886, foi o período em que se dedicou a escrever sobre a educação e o seu maior projeto social. Nos anos que se seguiram, Ruy assume a luta pelo federalismo e, em 1889, é convidado para integrar o gabinete, mas não aceita. Cresce a conspiração republicana e Ruy é chamado de conspirador, sem nunca ter sido republicano.

Proclamada a República, Ruy Barbosa foi convidado para o Ministério da Fazenda, em 1889, quando iniciaram as reformas financeiras, alvo de muitas

críticas. Em 15 de novembro de 1890, foi instalada a Assembleia Constituinte e Ruy, em 15 dias, fez a revisão do projeto, que foi aprovado em fevereiro de 1891.

Em janeiro do mesmo ano, ocorreu a renúncia coletiva de todos os ministros, e Deodoro foi eleito presidente da República. Assume em meio a uma crise institucional, econômica e política, com o fechamento do Congresso. Para evitar uma guerra civil, renuncia à Presidência em novembro do mesmo ano. Floriano Peixoto assumiu a Presidência e logo começaram os atos arbitrários para manter-se no Poder à força. Ruy Barbosa passa a ser seu maior crítico, combatendo-o na imprensa e nos tribunais (D'AMARAL, 1974, p.132).

Envolvido na Revolução Armada, Ruy foi obrigado a exilar-se em Buenos Aires, Lisboa, Paris e depois em Londres. Somente em 1894, com a eleição de Prudente de Moraes à Presidente da República, Ruy Barbosa retorna ao Brasil com a família, e em pouco tempo candidatou-se e foi eleito senador. Neste período, enfrentou severas acusações sobre sua alegada desonestidade à frente do Ministério da Fazenda.

Em 1898, Ruy Barbosa lança o “Jornal A Imprensa” que cessa sua publicação três anos depois, período em que foi convidado a colaborar com Clóvis Beviláqua na elaboração do projeto de Código Civil. Em 1902, Ruy Barbosa, então senador, foi eleito relator encarregado da análise do projeto, e elabora um parecer contendo crítica, principalmente sobre a linguagem usada no projeto, criando uma grande polêmica sobre a redação e a gramática utilizada no texto. Por esta razão, o Código levou mais de dez anos para entrar em vigor. Nesse período, juntamente com Machado de Assis na Presidência, ambos, Clovis e Ruy, fundaram a Academia Brasileira de Letras (D'AMARAL, 1974, p.210).

Ruy Barbosa morre aos 73 anos, após três meses de cama. Após sua morte, foi criada a Fundação Casa de Rui Barbosa (nome atual) e sua “[...] biografia completa é constituída de cem e trinta e sete volumes [...]”. “Hoje a Casa de Rui Barbosa, que funciona em sua antiga casa no Rio de Janeiro, possui uma biblioteca com cerca de 50 mil títulos [...]” (FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA, 2014).

## **2 O pensamento filosófico, sociológico e a pedagogia de Ruy Barbosa**

O liberalismo brasileiro do século XIX se filia ao liberalismo europeu, mas com peculiaridades diferentes do Velho Mundo. No Brasil, as circunstâncias eram bem diversas: a influência da igreja no Estado, a escravidão, o patriarcalismo e o

clientelismo, aliados a instituições arcaicas, se contrapunham ao pensamento liberal daquele século.

Ruy Barbosa se mostrava um liberalista moderno, ao modelo europeu, diante de tantas contradições:

Não me acolhi entre as filosofias que fazem da ciência a grande negação. Percorri as filosofias, mas nenhuma me saciou; não encontrei repouso em nenhuma delas. Pus a ciência acima de todas as coisas, mas não afirmei jamais que a ciência não possa abrir as coisas divinas. (BARBOSA, 1942a, p.13).

Venancio Filho descreve Ruy Barbosa como sendo “um homem que participou intensamente das ideias e dos problemas de seu tempo e do seu país.” Ele possuía o entendimento em sua “[...] consciência de que é preciso ocidentalizar o Brasil, isto é, de que é necessário acelerar as forças de nosso desenvolvimento histórico”. (2007, p.1).

Reale destaca o que fica da leitura de Ruy Barbosa “[...] é a impressão de ter ele vivido abstrações doutrinárias do liberalismo, integrando-as em uma unidade indissolúvel de pensamento e ação”. E acrescenta que ele “[...] não conservou durante a vida um pensamento único, que lhe servisse de orientação no decorrer dos anos. Sensível às ideias do tempo, absorvendo aquelas que melhor se ajustassem ao seu temperamento”. (1960, p.8).

Neste sentido, vê-se enfaticamente a postura liberal de Ruy Barbosa:

Várias vezes, Rui afirmou no Parlamento do Império “A Câmara permitir-me-á que eu principie pela história, a velha mestra de toda a história humana e começando pela história, seja a da Inglaterra, a veneranda escola do regime que preponderantemente nos resolva a questão.” Em discursos no Senado, respondendo a Pinheiro Machado, diria: “Eu não sou da raça dos sofistas gregos, sou da raça dos constitucionalistas americanos e dos juristas ingleses”, ambas expressões do liberalismo. (VENANCIO FILHO, 2007, p.2).

Referindo-se aos méritos e deméritos de Ruy Barbosa, aponta Saldanha:

Rui Barbosa representou saturadamente as forças e fraquezas daquele liberalismo, seus vazios e seus conteúdos, sua possível e criticável alienação, sua frequente louvável eficácia histórica. [...] Rui encarnou também o legalismo coerente tremendamente bem informado, que desempenhou em horas difíceis na defesa dos direitos humanos e do poder civil, um papel realmente inegligenciável. (2001, p. 13).

O interesse de Ruy Barbosa (1940, p. 133) pela educação vem de longe, pois decorre da veneração pela figura paterna, por quem tinha acendrada admiração. “Convosco aprendi a amar e a compreender a santa causa do ensino”, e se referia “ao didata e o fazia de modo a mostrar que recebera dele esta mensagem”. Venancio Filho continua tratando da intensa produção de Ruy Barbosa sobre a educação no período de 1881 a 1894:

Em 1881, a tradução do livro de orientação didática Lições de Coisas; em 1882, O desenho e arte indústria, discurso proferido no Liceu de Artes e ofícios, os discursos e pareceres na qualidade de relator da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados. No ano de 1864, foi presidente da Liga de Ensino no Brasil, e redator principal da Revista, redigindo habitualmente o editorial. Depois só voltou a tratar do assunto de educação em artigos sobre ensino secundário no Diário de Notícias em 1889 e artigos que publicava em 1893 no Jornal do Brasil e, na A Imprensa, por apenas dois anos. (2007, p.2).

Para Rui Barbosa, dois temas eram por demais valiosos e representavam bem o seu pensamento político, filosófico e sociológico - os ideais e aspirações humanistas de um liberalista convicto e reconhecidamente defensor da liberdade em todas as suas dimensões, comprometido com o social, que pregava o Estado laico, deixando as coisas da fé para cada Igreja, dissociado do Estado, e não a cargo do Estado como estabelecido na Constituição de 1824.

Ele viu na reforma eleitoral a oportunidade de iniciar um processo de laicização do Estado brasileiro, possibilitando e ampliando o acesso ao voto dos não católicos, portanto, a ascensão social de uma parte da sociedade discriminada, excluída e marginalizada.

Depois da reforma eleitoral, a que atribuo a maior importância de uma verdadeira revolução entre nós, é a reforma do ensino público que será, espero, obra do primeiro parlamento renovado; a volta ao ouro é o mais imperioso e o mais próximo problema dentre os que envolvem os destinos de nossa pátria. (BARBOSA, 1942a, p.279).

Outrossim, como um eterno defensor da alfabetização como forma de inserção e ascensão social, via na reforma do ensino a melhor forma de revolução dos hábitos, capaz de mudar o destino da Pátria. Pugnava por uma educação humanista, laica, que promovesse o desenvolvimento da cultura, a que ele chamava de extensiva e intensiva da mentalidade nacional. Para ele não se pode pensar em liberdade política sem liberdade e igualdade social.

De atestar que a educação é a matriz universal da felicidade humana, qualquer estadista nosso se honraria; mas transportem-se da retórica aos fatos, e verão que a frase não passa de um desses aforismos convencionais, de mero aparato decorativo na eloquência dos oradores, e simples engodo na boca dos políticos, para armarem às simpatias de opinião, a quem são sempre aceitas as causas nobres, os sentimentos generosos. O de que precisamos, é de homens de estado, que se convençam efetivamente de que a suprema necessidade atual da pátria está na criação do ensino. (BARBOSA, 1942a, p.147-48).

Durkheim oferece um conceito de educação que se encaixa perfeitamente no pensamento humanista e liberal de Ruy Barbosa:

A educação é uma ação exercida pelas gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social: tem por objetivo suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais reclamados pela sociedade [...]. (2011, p. 40).

Cuidando-se dos dois pareceres escritos por Barbosa ao Projeto de Reforma do Ensino, de autoria de Leôncio de Carvalho, quando atuou como relator da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados. O primeiro tratava da reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública; e o segundo abordava a questão da reforma do ensino secundário e superior. A esse respeito Lourenço Filho escreve:

[...] os pareceres representam algo de valioso. De mais sugestivo e significativo, porque na verdade, fixam alguma coisa de universal e eterno. Em Rui é a profunda fé no valor do espírito humano, na capacidade de engenho de cada homem de criar, experimentar e corrigir, no exercício da liberdade, a que essa criação e experimentação a cada época renovadas, podem e devem conduzir. (2001, p.73).

Ademais, Azeredo é pontual, ao descrever a história da educação no Brasil, como sendo a história de uma aristocracia patriarcal que a utilizava a serviços e para a preservação dessa elite. Até a proposta de reforma do ensino apresentada por Barbosa, a educação era uma reprodução adaptada da adotada em Portugal e França, entretanto voltada exclusivamente para a formação daquela elite.

Essa educação de tipo aristocrático, destinada antes à preparação de uma elite do que à educação do povo, desenvolveu-se no Império, seguindo, sem desvio sensível, as linhas de sua evolução, fortemente marcada pelas tradições intelectuais do país, pelo regime de economia patriarcal e pelo ideal correspondente de homem e de cidadão. O tipo de cultura a que se propunha servir, não se executados antes da aprovação daquele poder.

Submetido à Câmara, foi encaminhado à Comissão de Instrução Pública. (1958, *apud* VENANCIO FILHO, 2007, p.2).

Ruy Barbosa, entretanto, não era um acadêmico tradicional, pois pouco lecionou - o fez por pouco tempo na alfabetização de adultos. As reflexões sobre o ensino público, porém, já vinham de longe, mas foi com o estudo e a tradução da obra do educador e pesquisador ianque, Norman Allyson Calkins, - as “Primeiras Lições das Coisas”, (no original: *Primary object lessons, for training the senses and developing the faculties of children. A manual of elementary instruction for parents and teachers*) publicado no Brasil em 1886 - que coadunou suas ideias sobre as bases da educação e a necessidade de uma Reforma do Ensino no Brasil.

Primeiramente, enxergou a escola leiga, dissociada a Igreja do Estado, pois rechaçava o ensino religioso a todos os alunos, assim como o ensino do catecismo por professor do ensino público. Ruy Barbosa defendia a ideia de que a instrução religiosa deveria ser excluída do currículo obrigatório escolar e do edifício escolar. Tal atribuição deveria ficar a cargo da Igreja em seus templos.

Nas palavras de Ruy Barbosa, a escola pública “[...] instituída assim, a escola comum não importará dogmas, religiosos ou irreligiosos, materialistas ou espiritualistas, deístas e ateus, racionalistas ou confessionais”. Para ele, o Estado é organização legal garante a paz comum, em “respeito às crenças, convicções e tendências”. (BARBOSA, 1942b, 289-290).

Ao Estado consiste o “papel de Mentor do espírito humano e dos pais de família [...]”, portanto este “[...] é o grande representante da inteligência contra o obscurantismo, e o inimigo armado das trevas, e o irradiado virtuoso da luz [...]”. Dessarte, a responsabilidade “[...] é assegurar a tranquilidade interna e das relações sociais garantindo a todo preço as liberdades [...]”. Percebeu a educação como instrumento indispensável ao desenvolvimento civilizatório em busca da industrialização e modernização do Estado e o progresso da sociedade brasileira (BARBOSA, 1942b, 290).

Ruy Barbosa destacava que,

[...] a educação moral da criança era a primeira de todas as necessidades em sua formação, cabia ao meio social a qual ela pertencia prepará-la para as relações sociais. Nesse sentido, os pais possuíam, assim como os professores, na ação institucionalizada de educar, a qual o Estado tinha responsabilidade, importante papel no desenvolvimento do senso moral das crianças. (MACHADO, 2002, p.74).

Para ele, os valores morais constituíam a base de toda a sociedade, por isso deveria receber toda a atenção.

A moral não poderia ser concebida como matéria específica, mas, como a obra de sentimentos e hábitos. Era necessário produzir nas escolas a moralidade, formar o caráter das crianças, fazer com que as crianças possuíssem virtudes. O professor era uma figura extremamente influente no desenvolvimento de bons sentimentos nas escolas. “É, com efeito, profunda convicção nossa que a influência melhoradora, prosperadora, civilizadora da instrução popular depende absolutamente da sua associação contínua, íntima, indissolúvel à substância do cultivo moral”. Para Rui Barbosa, “Portanto, é de todas as matérias de estudo que deve resultar a ação moralizadora: eis a fórmula de toda a educação eficaz” (MACHADO, 2002, p.83-84).

Ruy Barbosa identifica na obra de Calkins um novo método de ensino, focado do desenvolvimento do aluno, capaz de reverter a ineficiência do ensino público e de alunos com insuficiência de leitura, compreensão e escrita, bem como da Aritmética, das Artes, da Geografia, da História, do Desenho e para o ensino da Moral, uma educação voltada para a Educação Física, dentro de um ambiente de liberdade e democrático, propício ao desenvolvimento do senso de justiça e de respeito ao próximo, dos cidadãos.

De feito, o que até hoje se distribui em nossas escolas de primeiras letras, mal merece o nome de ensino. Tudo nelas é mecânico e estéril; a criança, em vez de ser o mais ativo colaborador na sua própria instrução, como exigem os cânones racionais e científicos do ensino elementar, representa o papel de um recipiente passivo de formulas, definições e sentenças, embutidas na infância a poder de meios mais ou menos compressivos. O mestre e o compêndio afirmam, o aluno repete com a fidelidade do autômato; e o que hoje aprendeu, sem lhe deixar moça mais que memória, amanhã desabara, sem vestígios, na inteligência, ou no caráter, da mínima impressão educativa. (CALKINS, 1986, 11).

Cabe neste momento destacar a posição de Ruy Barbosa, segundo Machado.

Desenvolvendo no aluno a invenção, a liberdade de espírito, a independência do juízo, a prontidão na observação, a exação no apreender, a correção no expor, a lição de coisas, sob a sua direção eurística, sob a sua forma socrática, estimulando vivamente no discípulo a ação e evolução das forças individuais, requer, ao mesmo tempo, no mestre, mais vida, mais tato, mais ductilidade, mais presença de espírito, mais benevolência de

ânimo, mais recursos intelectuais, – em suma, um esmerado cultivo da vocação pedagógica. (BARBOSA, 1891, *apud* MACHADO, 2002, p.42).

Vale ressaltar o fato de que, Ruy Barbosa era consciente da inexistência de recursos públicos no Estado brasileiro para suportar as reformas no ensino que tencionava implantar, portanto percebeu a necessidade da criação de um imposto sobre os ganhos patrimoniais decorrentes dos alugueis, em valor suficiente para assegurar as propostas de reforma. Ruy Barbosa, como profundo conhecedor da obra de Calkins, utilizou-se do método intuitivo do pesquisador estadunidense para reformar o ensino das primeiras letras, como destaca Lourenço Filho:

Cumprir renovar o método, orgânica, substancial, absolutamente, nas nossas escolas. Ou antes, cumprir criar o método; porquanto o que existe entre nós, usurpou um nome, que só por antífrase lhe assentaria: não é o método de ensinar; é pelo contrario, o método de inabilitar para aprender. A criança, esse belo organismo, animado, inquieto, assimilativo, feliz, com os seus sentidos dilatados pela viveza das impressões como amplas janelas abertas para a natureza, com a sua insaciável curiosidade interior a atraí-la para a observação dos fenômenos que a rodeiam, com o seu instinto investigativo, com a sua irreprimível simpatia pela realidade com a sua espontaneidade poderosa, fecunda, criadora, com a sua capacidade incomparável de sentir a amar “o divino prazer de conhecer”, a criança, nascida assim, sustentada assim pela independência dos primeiros anos, entra para o regime da escola, como flor, que retirassem do ambiente enérgico e luminosos do céu tropical, para experimentar na vida vegetativa da planta os efeitos da privação do sol, do ar livre, de todas as condições essenciais à natureza da pobre criaturinha condenada. (2001, p.93).

Na versão de Ruy Barbosa, a “Lições de Coisas” era mais do que um método para educar, consistia em um método de estudo, que não se inscreve em um programa, mas constitui o seu espírito que se presta ao “ensino de todas as coisas”:

Esses métodos empecivos e funestíssimos incorrem hoje na mais geral condenação; e a experiência dos países modelos indigita as lições de coisas, o ensino pelo aspecto, pela realidade, pela intuição, pelo exercício reflexivo dos sentidos, pelo cultivo complexo das faculdades de observação, como o destinado a suceder triunfantemente aos processos verbalistas, ao absurdo formalismo da escola antiga. (CALKINS, 1986, p.12).

Machado ressalta que, para Ruy, a “Lição de Coisas” não é abstrata ou incompreensível, ao contrario, abrange todas as coisas:

Desacertou, porém, indigitando-as como capítulo singular, distinto, independente entre as matérias do programa. Nada contribuiria mais para inutilizar de todo essa inovação, para elevar a uma degenerescência imediata, do que uma especialização tal, que parte da compreensão imperfeita da natureza deste ensino. A lição de coisas não é um assunto especial no plano de estudos: é um método de estudo; não se circunscreve a uma secção do programa: abrange o programa inteiro; não ocupa, na classe, um lugar separado, como a leitura, a geografia, o cálculo, ou as ciências naturais: é o processo geral, a que se devem subordinar todas as disciplinas professadas na instrução elementar. No pensamento do substitutivo, pois, a lição de coisas não se inscreve no programa; porque constitui o espírito dele; não tem lugar exclusivo no horário: preceitua-se para o ensino de todas as matérias, como o método comum, adaptável e necessário a todas. (BARBOSA, 1891, *apud* MACHADO, 2002, p.33-34).

Complementa Machado, exprimindo a ideia de que,

Pela intuição se há de ensinar o desenho como a geografia, o cálculo como a gramática, as ciências da natureza como o uso da palavra. O próprio ensino moral cabe naturalmente a sua esfera. E a memória mesma, cujo cultivo exclusivista era o flagelo dos métodos antigos, a memória mesma encontra nos métodos intuitivos a sua educação normal e completa. (BARBOSA, 1891, *apud* MACHADO, 2002, p.37).

Nas “Lições de Coisas”, o educador deve se aproveitar da sede de saber, conhecer e compreender o mundo para aprazivelmente induzi-lo a exercer todos os sentidos no processo de aprendizagem:

No caminho que a própria criança costuma seguir, examinando os vários objetos que derredor se lhe deparam, está ensinando a natureza mesma o verdadeiro plano para a realização desse desejável propósito. Aproveite-se o educador dessa sede de saber do menino, e induza-o a exercer os sentidos em cada objeto que sucessivamente se lhe oferecer, vendo apalpando, ouvindo, saboreando, ou cheirando, conforme couber. Esse método por onde a natureza ensina; e o homem ainda não foi dado exceder-lo. Pelo emprego das faculdades perceptivas nas realidades que o cercam, junta o menino, de si mesmo, antes de ir a escola, um copioso pecúlio de idéias. (CALKINS, 1986, p. 4-5).

Para os professores educados sob o *regimen* das antigas tradições escolares, é extremamente difícil a prática deste gênero de ensino; porquanto, além da boa vontade do mestre, “ele requer muita experiência, flexibilidade de espírito e grande senso pedagógico. Não se trata mais de ensinar, e fazer recitar uma lição; trata-se, em relação a cada professor, de combinar ele mesmo o seu programa, segundo as necessidades dos seus

alunos, e, depois, de executá-lo por um contínuo dispêndio da sua própria pessoa, por uma justa seleção de meios variados, apelando alternativamente para a imaginação, para o raciocínio, para o juízo, para a memória, para os sentidos, para a reflexão”. (CALKINS, 1986, p.213-214)

Com a chegada da Família Real Portuguesa no Rio de Janeiro, no dia 11 de janeiro de em 1808, iniciou-se a instalação das primeiras instituições de ensino superior no Brasil. Por questões de defesa, o primeiro curso superior foi a Academia Real da Marinha, criado para a defesa da Colônia, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1808. Seguiu-se pela escola de Cirurgia da Bahia, em março do mesmo ano, que se transferiu para a Capital da Colônia dez meses depois. Em seguida foram criados os cursos de Economia, em 1808, e Matemática, em 1809.

Em 1810, foi criada a Academia Real Militar, para formação de oficiais e de engenheiros civis e militares; o curso de Agronomia, em 1812; de Agricultura, em 1814; Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, em 1816, que se transformou em Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil; de Química, em 1817, e, no mesmo ano, o curso de Desenho e História; de Desenho Industrial, em 1818; no mesmo ano, foi criado o Museu Nacional do Rio de Janeiro, seguidos pelo curso de Retórica e Filosofia, em 1821.

Em 1827, foram instituídos os dois cursos de Direito, em Olinda e São Paulo, o de Farmácia, em 1832, e, no mesmo ano, as Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia, que em 1832, foram transformadas em Faculdades de Medicina. Portanto, no ano da Proclamação da República, em 1889 já contavam 19 cursos de ensino superior no Brasil (BRASIL, 2004).

Um excelente exemplo de como era o funcionamento das escolas de ensino superior no Brasil-Império é a obra “Das arcadas ao bacharelismo - 150 anos de ensino jurídico no Brasil”, de 1982, de Venâncio Filho, que realizou um estudo revelador. Ao contrário do que muitos imaginam, o ensino nas escolas superiores brasileiras eram piores do que na atualidade. Inicialmente, ele descreve as instalações do prédio onde funcionava a Faculdade de Direito de Olinda, fundada em 1827, no claustro de São Bento, depois no edifício do Patamar, quando foi transferida para Recife. Num primeiro momento, funcionou em um prédio na Rua do Hospício, que ficou conhecido como “o glorioso pardieiro”, e posteriormente para o Pátio do Colégio, por fim, em 1903, foi transferida para a Praça Adolfo Cisne.

As memórias dos alunos que lá estudaram revelam bem o estado da Faculdade de Direito, tanto de Olinda quanto do Recife: o prédio no Recife estava em tal estado de ruínas que se cogitou retornar para Olinda. Para Vicente Mamede,

[...] as salas de aula, no curso superior, não está a altura do fim a que se destinam, principalmente pela falta de asseio e de mobília decente; e as do curso anexo, além de esburacadas e pessimamente mobiliadas, tem as paredes cobertas de dizeres e pinturas imorais. A Faculdade não possui, para os atos e exames, os necessários utensílios: tudo falta-lhe: mesas, cadeiras, tinteiros. O que fica escrito é absolutamente sem exageração. [...] Dom Pedro II teria dito que a faculdade não deveria ser mostrada a estrangeiros, ocasião em que o presidente da província complementou dizendo que nem aos brasileiros deveria ser exibida, pois é uma casa velha, suja, imunda e arruinada (*apud*, VENÂNCIO FILHO, 1982, p.116).

A situação na Faculdade de Direito de São Paulo, fundada no mesmo ano, e que desde sua fundação funciona no largo de São Francisco, não era diferente; muito pelo contrário. Em memórias exclamava Clemente Falcão Filho:

O edifício em que trabalha a faculdade está em ruínas! Nos dias de chuva encontram-se grandes lagoas sobre os assoalhos e nas paredes grandes manchas de água, que se coa pelos telhados. É, sobretudo, desolador que na própria sala da biblioteca assim aconteça, [...] este estado de coisas precisa pronto paradeiro. [...] nossa própria dignidade, os nossos sentimentos de brio o exigem, porque, as vezes, senhores, revela-se nos estragos do corpo a deterioração do espírito; [...] olhar para esta casa velha, estragada pelo tempo e pelas chuvas - e formando um jogo de palavras - dizer a Faculdade de Direito de São paulo está em ruínas! (*apud*, VENÂNCIO FILHO, 1982, p.115).

Sobre o ensino e o corpo docente, os comentários os acadêmicos chegam a ser ainda mais contundentes. Há críticas sobre disciplinas que sequer conheceram o professor, conteúdo nunca ministrado, professores que não dispunham de tempo para ministrar aulas ou que desconheciam o assunto. Outros alegam tratar-se de um curso de formação de políticos e não de Direito, como se constata nas passagens de Venâncio Filho, ao examinar o quadro docente:

[...] no momento, o país não poderia produzir uma geração mais expressiva de professores do que aqueles que passaram pelos umbrais das Faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, é fato, igualmente, que a atividade magisterial era para poucos deles uma atividade importante, e, terminado o concurso para lente substituto, a maioria deles se voltava para as políticas, da magistratura ou da advocacia, apenas um reduzido número

deixando uma obra importante às gerações de estudantes no campo do ensino do Direito [...] (1982, 114).

O acadêmico Ferreira de Rezende, citado por Venâncio Filho, “[...] comenta que usava como compêndio de Direito Administrativo, na disciplina ministrada por Silveira da Mota, o *Jornal do Commercio* e o *Orçamento do Império*, levando os alunos ao protesto [...]” (1982, p. 116).

Liberato Barroso, um importante político do Império, “[...] permaneceu no Rio depois de ter deixado o ministério, ausentando-se por mais de seis meses, sem alegação de motivo que o justificasse [...]”. Spencer Vampré tratando da conduta do professor de Direito Comercial, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado, “era desajudado por inveterada vadiação [...] ai estava a razão pela qual ele não se matava a aprofundar as matérias [...]”.

Clovis Beviláqua testemunha que “[...] as práticas das aulas lidas eram, também, comuns [...]” e continua “[...] escreveram nas paredes “queremos aprender Direito e nada de bagaceiras. V. Excia. estude para nos ensinar, e não venha aqui encher linguiça”. [...] outros ríspidos e carraca [...] marcavam a lição de cada dia indicando o livro e a página de cada autor [...]” (1982, p. 118-119). Somente para citar alguns exemplos descritos por Venâncio Filho. E foi neste contexto que Ruy Barbosa chegou à Faculdade de Direito de Olinda e posteriormente à de São Paulo.

### **3 As propostas de Ruy Barbosa para a reforma do ensino superior no Brasil**

Ruy Barbosa conhecia por dentro o ensino superior no Brasil, pois havia passado por duas faculdades de Direito, a de Olinda e a de São Paulo. Conhecia-lhes as carências e deficiências, e, dessa sorte, realizou uma análise da realidade. Inicialmente, apontou a responsabilidade do Estado no ensino superior público no País.

No projeto de reforma de Leôncio de Carvalho, Ruy Barbosa, em seu segundo parecer como relator da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, aduz a necessidade de investimentos nas instituições de ensino superior depredadas, em ruínas, quando lhes faltava tudo, desde as instalações, mobílias, bibliotecas, e tudo o mais para a formação de uma elite de poucos privilegiados. Não se poderia iniciar uma reforma no ensino superior sem os recursos indispensáveis ao desenvolvimento das academias e da busca pelo conhecimento (BARBOSA, 1942b).

No segundo momento, baseou-se no modelo de educação de outros países, como Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Holanda e França, onde o ensino superior era suportado pelo Estado em sua totalidade, apontando que assim como a defesa nacional o ensino é tão indispensável quanto o soldado (acadêmico) e a arma (conhecimento), comparando o ensino à guerra.

[...] que as necessidades do ensino estão perfeitamente no mesmo pé que as da defesa nacional. Não o dizemos só no sentido, inegavelmente verdadeiro, de que o povo mais instruído vencerá sempre o que menos o for. Dizemo-lo também para estabelecer a regra de que os sacrifícios com a reforma e o custeio do ensino são, pela sua inevitabilidade, estritamente equiparáveis aos sacrifícios de guerra; de que, assim como não encurtaríeis ensanchas à despesa, para salvar nos campos de batalha a honra nacional, não menos obrigados estais a ser generosos, quando se trata de fazer da honra nacional uma realidade poderosa, criando, pelo ensino, uma nação consciente e viril. (BARBOSA, 1942a, p. 17).

Para ele, a educação em seus três níveis era por demais importante para o desenvolvimento e o progresso da sociedade e do Estado-nação, e o processo de modernização indispensável ao progresso. Apontava que os cursos existentes eram em qualidade e quantidade insuficientes para o País das dimensões do Brasil, assim como a necessidade de transformar o ensino particular em público, sob o controle do Estado e da sociedade.

[...] temos em mira: o de não servirmos nem ao nosso amor próximo, nem ao das preocupações de partido, mas exclusivamente ao amor da pátria e ao da verdade, pátria universal da nossa espécie, em que os interesses inferiores e flutuantes dos indivíduos se confundem num supremo e eterno interesse comum. (BARBOSA, 1942a, p. 9).

Como homem culto e atualizado com os acontecimentos no mundo do seu século, Ruy Barbosa, em seus Pareceres sobre a reforma do ensino em 1882, ressaltava a necessidade de estatização do ensino público em todos os níveis, dando como exemplo a Alemanha e a Holanda e, como liberalista que era, apontava a possibilidade de criação de faculdades particulares, desde que fiscalizadas pelo Poder Público e pela sociedade. Seu parecer, por conseguinte, se oponha ao estabelecido projeto sobre as faculdades particulares (BARBOSA, 1942a, p. 28).

Sabe-se que, na Alemanha, os exames finais, que coroam os estudos universitários, e abrem acesso às carreiras, de que eles formam o preâmbulo, estão sob a autoridade do Estado, a quem incumbe a sua

direção superior. A Holanda reconhece igualmente a alta prerrogativa do poder público na distribuição dos graus. (BARBOSA, 1942a, p. 22).

Assim previa o projeto:

A faculdade, outorgada a qualquer indivíduo, que não tenha incorrido em crime contra a moral ou a honra, de abrir cursos particulares, sem dependência, nem autorização oficial; o direito concedido aos particulares, individual ou coletivamente, de fundarem estabelecimentos de ensino superior; a permissão, estabelecida em favor dos alunos desses institutos, de se graduarem nas faculdades oficiais, percorrendo ali os exames do respectivo curso, dispensados das taxas de exame, menos as propinas e emolumentos do diploma e a autorização dos cursos particulares no edifício das Faculdades do Estado, precedendo licença da congregação. (BARBOSA, 1942a, p. 30).

No parecer, fez constar a redação para o artigo que tratava da fundação de faculdades:

[...] a fundação de estabelecimentos provinciais de ensino superior, e, quando conformarem os seus cursos aos das Faculdades nacionais, e exigirem dos candidatos a mesma preparação intelectual para a inscrição, equipara-os aos estabelecimentos do Estado, que os reconhecerá por lei especial, onde lhes ficará estipulada uma dotação, sujeita ao orçamento geral do país. (BARBOSA, 1942a, p. 31).

Outrossim, Ruy Barbosa, um exemplo de moralidade administrativa e de nacionalismo, reconhecia, no Estado brasileiro, a existência de patrimonialismo, clientelismo, tradicionalismo e conservadorismo, e temia que forças políticas e econômicas, principalmente os atores políticos, viessem a fragilizar a reforma do ensino, em especial, o ensino superior, por meio de apadrinhamentos, favorecimentos e do nepotismo.

Em várias ocasiões, Ruy Barbosa se valeu da imprensa para denunciar estas práticas no Governo, e o fez em repúdio às injustiças, em severas críticas ao então ministro de Estado, no *Diário de Notícias*, que defendia na íntegra as reformas, cujos interesses eram tão-somente em benefício próprio.

Hipocrisia ! Farsa ! Feira de Guignoles com pretensões a Grande Ópera !  
Entremez olímpico, sobre o qual a posteridade há de dizer: Fischio!

Fischio do liberalismo de tais liberais. Fischio da sinceridade de tais reformadores. Fischio da probidade de semelhante administração. Fischio do padroado intelectual de tal rei. Fischio de um governo parlamentar, que custa ao país este preço. (BARBOSA, 1882, p. 104).

Com efeito, as instituições de ensino superior deveriam servir como centro para a formação intelectual e para o progresso do País, que estavam sendo prejudicadas pelas atitudes déspotas de políticos inescrupulosos e governantes, “que as regras constitucionais não estavam sendo respeitadas, pois o que prevalecia era a vontade dos governantes, na oferta de cargos a pessoas protegidas”. (BARBOSA, 1882, p. 105-106).

Para Ruy Barbosa uma das causas do mau ensino no País poderia advir da má qualidade da atividade magisterial, que comprometia toda a sociedade e o desenvolvimento do conhecimento científico, com ausência de docentes aptos e comprometidos com a árdua tarefa de ensinar. Para ele, os governantes que apoiavam a reforma não estariam comprometidos com a causa da boa educação, mas, na verdade, estariam agindo em proveito próprio.

Ainda pela imprensa, no mesmo jornal, Ruy Barbosa denunciou o processo de seleção de professores e que as más nomeações determinavam males no ensino e conseqüente prejuízo à sociedade e ao desenvolvimento do País. Escreveu no *Diário de Notícias* o artigo *Pobre Ensino Público!*

No magistério público a inamovibilidade dos cargos compromete o futuro, a incompetência prolifera a incompetência, a incapacidade propaga a incapacidade, a ignorância multiplica a ignorância. Uma cadeira mal preenchida é o argolão inicial, de onde parte uma cadeia incalculável de males. O mau professor gera os maus alunos; os maus alunos empobrecem as profissões intelectuais, estancam as fontes de renovação científica do país, condena à infecundidade o serviço público, semeiam de analfabetos a medicina, a engenharia, o foro, o exército, perpetuam os hábitos de servidão moral no povo, educando-o no fatalismo da fortuna, habituando-o a pôr toda a sua confiança na proteção, ensinando-o a desprezar o trabalho (BARBOSA, 1882, p. 108).

Para ele a realidade era que a educação da época não estava servindo verdadeiramente à causa da ciência, e sim à política.

Mas, já que estamos em época de grande reorganização em tudo, permitamos o nobre barão de Loreto contribuir para o esplendor da atualidade com uma humilde proposta, que encerraria em si a vantagem de conciliar as conveniências da educação nacional com as dos partidos, rendendo, ao mesmo tempo, o devido preito à formação moral das gerações vindouras e à engorda política da geração atual. Precisamos indubitavelmente de um professorado, que ensine. Por outro lado, os supremos interesses do parlamentarismo não podem prescindir de um professorado, onde

acomodem os seus fedelhos. Não há mister grande perspicácia, para atinar com a incógnita do problema, que daqui apontamos ao ilustre s.r. Leôncio de Carvalho, e submetemos à alta superintendência de Sua Majestade. Desdobre em dois cada um dos nossos institutos docentes, cada escola normal, cada escola superior, cada faculdade. Uma delas, em cada par, será aquinhoadada à ciência; à política, a outra. Na primeira os mestres serão pagos para lecionar; na segunda, os parasitas receberão o salário, para se satisfazer aos amigos do governo. Magnífico nos parece o plano, contra o qual apenas nos surge uma objeção, que, em verdade, não se correria o risco de que a política se encartasse nas duas vias da duplicata, banindo de ambas a capacidade? O Imperador que decida, na onisciência da sua ditadura. (BARBOSA, 1982, p. 110-111).

Assim, por diversas vezes, Rui Barbosa criticou a falta de apoio do governo aos congressos e eventos acadêmicos e científicos. No artigo *Congresso Médico* (BARBOSA, 1982, p. 117), por exemplo, publicado no *Diário de Notícias*, editado em 6 de junho de 1889, denunciou a ausência de interesses na propagação da ciência, fazendo referências à atuação do governo nos eventos científicos.

Para ele, a ciência era imprescindível ao progresso da sociedade, e o investimento na área da ciência traria retorno econômico e desenvolvimento humano. Afirmava que o país possuidor do domínio da ciência teria o respeito e a admiração internacional.

E falam em reformar a instrução! Mas a base de todas as reformas é a seriedade dos homens. Para traduzir em prática uma idéia salutar, é preciso amá-la. Os que vivem de abusos, os que falseiam as leis em proveito de interesses particulares, não podem conceber sinceramente o pensamento de remover o obscurantismo, e derramar a luz. Se reformarem, será para mal; e o pouco bem, que involuntariamente lhes escapar nas suas inovações, não escapará, na execução delas, ao vezo do arbítrio irrefreado. (BARBOSA, 1982, p. 113).

Portanto, o governo estaria negligenciando os investimentos na formação profissional, no desenvolvimento científico, nas faculdades, na formação e seleção de professores, de sorte que era necessária uma reforma no ensino público, cuja “[...] a base de todas reformas é a seriedade dos homens”. (BARBOSA, 1982, p. 113).

## **CONCLUSÃO**

O foco da pesquisa concentrou-se na obra de Ruy Barbosa sobre o ensino no País, no final do período imperial, mormente sua posição na defesa da educação e do ensino público de qualidade, dissociado dos interesses religiosos, políticos e econômicos, empenhado com a formação de profissionais com excelência de habilidades, cientificidade e comprometidos com o desenvolvimento do País. Para tal, utilizou-se dos pareceres escritos à época por ele, assim como das demais fontes bibliográficas referenciadas.

O objetivo da pesquisa foi alcançado com a dissertação sobre a vida e obra, a trajetória, os ideais, a filosofia, a sociologia e a pedagogia de Ruy Barbosa. Dá-se destaque ao método intuitivo - pedagógico calkinsiano - por ele assimilado e difundido no Brasil, resultando na tradução da obra "Lições de Coisas" estudada e celebrada até hoje. A educação se dá por via dos sentidos e da percepção de mundo e, com habilidade, o educador deve conduzir o processo de aprendizagem a partir da vivência prática.

Desde a proposta de projeto da pesquisa, notam-se sua relevância e atualidade, haja vista, revisitar os escritos de Ruy Barbosa, que são uma confirmação de ser - ele - um homem voltado para o futuro, um político correto e coerente com seus ideais, comprometido com o desenvolvimento nacional, um defensor da liberdade sem restrições, um jornalista crítico que abordava com seriedade as questões da sua época, um jurista de grandes causas e elevada retórica, escritor respeitado e admirado por todos.

Tratando da questão de partida, observou-se que a posição adotada por Barbosa, sobre as temáticas da educação e do ensino no Brasil, se confunde com os ideais abraçados e defendidos por ele durante toda sua trajetória como estudante, jornalista, jurista, político, literato; um liberalista de berço - herança de seu pai.

Sua luta em favor do ensino de público torna-se mais evidente com os pareceres na Comissão de Instrução da Câmara dos Deputados e críticas publicadas no *Diário de Notícias*. Como relator do projeto de reforma do ensino, proposto por Leôncio de Carvalho, nos últimos anos do Império no Brasil (1882), Ruy Barbosa apontou com precisão todas as mazelas do ensino público e particular (primeiro, secundário e superior).

Abordou as dificuldades do ensino à época: o catecismo e ensino religioso nas escolas - defendia o laicismo em toda a sua plenitude - as péssimas condições

das instalações, móveis e utensílios das escolas, o fortalecimento do currículo das disciplinas em todos os níveis de escolarização - ressaltava o ensino das Artes, do Desenho, da Aritmética, da Linguagem, da História, da Filosofia, da Moral e Cívica e da Educação Física - dentro de um ambiente de liberdade e democrático, propício ao desenvolvimento do senso de justiça, respeito ao próximo e cidadania; combatia o formalismo, e foi um eterno defensor do alfabetismo como forma de inserção social, e uma via para a revolução dos hábitos, capaz de mudar o destino do país.

Lutava pelo estabelecimento de um ensino com docentes capacitados, cujo ingresso dar-se-ia por meio de concursos legítimos e, também, moralmente conduzidos, com investimentos e recursos para desenvolver a ciência em todos os graus de escolaridade, com a inserção e a interação democrática nos processos de aprendizagem. Afirmava que o ofício de educador “requer experiência, flexibilidade de espírito e grande senso pedagógico”.

“Lições de Coisas” é o título reduzido da tradução, feita por Barbosa, da obra de Norman Allyson Calkins, publicada em 1886, da qual ele dizia tratar-se “mais que um método para educar, consistia em um método de estudo, que não se inscreve em um programa, mas constitui o seu espírito que se presta ao ensino de todas as coisas”, que busca desenvolver no aluno “a invenção, a liberdade de espírito, a independência do juízo, a prontidão na observação, a exatidão no apreender, a correção no expor, a lição de coisas, sob a sua direção heurística [...] – em suma, um esmerado cultivo da vocação pedagógica”. Uma educação libertadora em todos os sentidos.

Ruy Barbosa defendia um ensino superior público, com recursos e investimentos em centros para a formação intelectual, acadêmica e científica, indispensável ao desenvolvimento, processo de modernização crucial para o progresso da sociedade e do País. Alegava que a ciência era essencial ao progresso da sociedade, e que investir em ciência potencializava retornos econômicos e o desenvolvimento humano, bem como o respeito e a admiração internacional.

O ideal e a obra de Ruy Barbosa parecem ter sido escritos no século XXI, pois abordam questões deveras atuais e encaixadas na Pós-modernidade, principalmente em relação ao olhar visionário sobre a educação e o ensino no País. Portanto, longe de parecer pretensioso pensar que uma pesquisa sobre Ruy Barbosa poderia se encerrar nestas poucas reflexões, mas com a esperança de

haver despertado a curiosidade para o conhecimento da obra e da vida de um dos brasileiros mais importantes dos séculos XIX e XX, com sua visão da *res publica*, sua moralidade administrativa, sua percepção das instituições do Estado brasileiro e, especialmente sua proposta pedagógica que inspira tantas pessoas até a atualidade.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Isaiás. **Vocação pedagógica de Rui Barbosa**. - Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1959.
- BARBOSA, Rui. **Mocidade e Exílio**: Cartas ao Conselheiro Albino José Barbosa e Outros. 2.ed. Rio de Janeiro: Companhia Nacional, 1940. Obra Ilustrada, Coleção Brasileira nº 38.
- \_\_\_\_\_. **Obras completas**. v.9, t.1 - Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1942a.
- \_\_\_\_\_. **Obras completas**. v.9, t.2 - Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1942b, p. 273-303.
- \_\_\_\_\_. **Obras completas** v.10, t.I. - Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1947a.
- \_\_\_\_\_. **Obras completas** v.10, t.III. - Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 1947b.
- \_\_\_\_\_. **O ensino secundário e superior**. - Rio de Janeiro: Tipografia Nacional 1882, p. 63-157.
- BRASIL. **Decreto nº 7.247**, de 19 de abril de 1879, que dispõe sobre a Reforma o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acesso em 20/11/2013.
- \_\_\_\_\_. **INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. 2004. Disponível em: <http://dados.gov.br/dataset/search?q=Educa%C3%A7%C3%A3o+Superior+fundados+entre+1808++1889>. Acesso em: 25/06/2014.
- Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/>. Acesso em: 23/06/2014.
- CALKINS, Norman Allison. **Primeiras lições de coisas**: manual de ensino elementar para uso dos pais e professores. Tradução de Rui Barbosa. 42.ed. - Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1986.
- COLEÇÃO HISTÓRIA DO BRASIL - os grandes pensadores - **Rui Barbosa**. São Paulo: Editora Abril Cultural, fascículo 34, 1978.

D'AMARAL, Márcio Tavares. **Rui Barbosa**. A vida dos grandes brasileiros. Supervisão de Américo Jacobina Lacombe. v.1- Rio de Janeiro: Editora Três, 1974.

DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. - São Paulo: Hedra, 2011.

LACOMBE, Américo Jacobina. **O pensamento vivo de Rui Barbosa**. São Paulo: Martins, 1944.

LACOMBE, Américo Jacobina. **Rui Barbosa**. Texto de Márcio Tavares d'Amaral. Coleção a Vida de Grandes Brasileiro 1 - São Paulo: Editora Três, 1974.

LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström, **A pedagogia de Rui Barbosa**. Ruy Lourenço Filho (Org.) 4.ed. rev. atual. - Brasília: Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, 2001.

MELO, Auricélia do Nascimento. In: A contribuição de Rui Barbosa para o pensamento constitucional brasileiro. Martônio Mont'Alverne Barreto Lima [et al].Org. **Temas de pensamento constitucional brasileiro**. - Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 2008, v.1, p 270-282.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Rui Barbosa: pensamento e ação** - uma análise do projeto moderador para a sociedade brasileira com base na questão da educação. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.

\_\_\_\_\_. MÉLO, Cristiane Silva. **O debate de Rui Barbosa acerca do ensino superior na segunda metade do século XIX**. Universidade Estadual de Maringá. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br/.../ Maria%20Cristina%20Machado.doc](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/.../Maria%20Cristina%20Machado.doc). Acesso em 24/06/2014

REALE, Miguel. Posição de Rui Barbosa no mundo da filosofia. In: **Rui Barbosa** - escritos e discursos seletos. Rio de Janeiro: Aguilar, 1960.

SALDANHA, Nelson N. **Historia das ideias politicas no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2001.

VEMÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo** - 150 anos de ensino jurídico no Brasil. - São Paulo: Perspectiva, 1982.

\_\_\_\_\_. O liberalismo nos pareceres de Educação de Rui Barbosa. In: **Estudos Avançado**. v.21, n.61, São Paulo, set./dez. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000300017>. Acesso em 23/06/2014.

VIANA FILHO, Luiz. **A vida de Rui Barbosa**. São Paulo: Companhia Nacional,1941.